Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533
Volume 25 | nº 3 | 2020
Artigo recebido em: 11/02/2020
Aprovado em: 10/04/2020

Gerson Luiz Buczenko
[Doutor em Educação. Mestre em Educação. Especialista em História Cultural. Licenciado em História e Pedagogia. Docente no Centro Universitário Internacional Uninter; na Faculdade CNEC Campo Largo; no Faculdade Estácio - Campus Curitiba.
ORCID ID: http://orcid.org/0000-0002-0605-0805

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS COLÉGIOS ESTADUAIS DO CAMPO LOCALIZADOS NOS ASSENTAMENTOS ORGANIZADOS PELO MST

Environmental education in the state's field colleges located in the settlements organized by the MST

Resumo

O presente artigo é um recorte de pesquisa que teve como objeto de estudo os projetos escolares em Educação Ambiental inseridos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos colégios estaduais do campo localizados nos assentamentos rurais organizados no MST, no estado do Paraná. O objetivo geral foi investigar como se constitui a Educação Ambiental nos projetos escolares dos colégios estaduais do campo localizados em assentamentos rurais do Paraná. Os objetivos específicos foram assim definidos: compreender a Educação Ambiental no contexto dos projetos escolares; analisar os projetos escolares em Educação Ambiental a partir das concepções conservadora e crítica de Educação Ambiental; analisar os limites e possibilidades da presença da Educação Ambiental nos colégios estaduais dos assentamentos considerando as correntes da educação ambiental. A metodologia de análise se deu conforme os ensinamentos de Bardin (1977, 2011) e os instrumentos de coleta de dados utilizados foram pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Constata-se ao final a dificuldade no sentido de conexão com uma concepção de Educação Ambiental em sua vertente crítica, uma vez que é perceptível que os projetos escolares em Educação Ambiental dos colégios estaduais localizados em assentamentos rurais organizados no MST, estão vinculados a concepções de Educação Ambiental em sua maioria de caráter conservador.

Palavras-chave: Educação. Educação Ambiental. Educação do Campo. Projetos Pedagógicos

Abstract

The present article is an excerpt of research that had as object of study the school projects in Environmental Education inserted in the Pedagogical Political Projects of the state schools of the field located in the rural settlements organized in the MST, in the state of Paraná. The general objective was to investigate how Environmental Education is constituted in school projects of rural state schools located in rural settlements in Paraná. The specific objectives were defined as follows: to understand Environmental Education in the context of school projects; analyze school projects in Environmental Education from the conservative and critical conceptions of Environmental Education; to analyze the limits and possibilities of the presence of Environmental Education in the state schools of the settlements considering the currents of the environmental education. The analysis methodology took place according to the teachings of Bardin (1977, 2011) and the instruments of data collection used were documentary research and bibliographic research. In the end, the difficulty in connecting with a concept of Environmental Education in its critical aspect is evident, since it is noticeable that school projects in Environmental Education of state schools located in rural settlements organized in the MST, are linked to conceptions of Environmental Education mostly conservative.

Keywords: Education. Environmental Education. Field Education. Pedagogical Projects.

Introdução

O presente artigo é um recorte de pesquisa que teve como objeto de estudo os projetos escolares em Educação Ambiental inseridos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos colégios estaduais do campo localizados nos assentamentos rurais organizados pelo MST, no estado do Paraná. Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação, na linha de pesquisa: Práticas Pedagógicas – Elementos articuladores, da Universidade Tuiuti do Paraná no período de 2015-2019.

Os resultados obtidos ao final da pesquisa permitiram compreender os limites e possibilidades na abordagem da Educação Ambiental nos colégios estaduais do campo, proporcionando o debate sobre a aproximação entre a educação ambiental e a educação do campo. O objetivo geral estabelecido foi

investigar como se constitui a educação ambiental nos projetos escolares dos colégios estaduais do campo localizados em assentamentos rurais do Paraná.

Os objetivos específicos foram assim definidos: compreender a Educação Ambiental no contexto dos projetos escolares; analisar os projetos escolares em Educação Ambiental a partir das concepções conservadora e crítica de Educação Ambiental; analisar os limites e possibilidades da presença da Educação Ambiental nos colégios estaduais dos assentamentos considerando as correntes da educação ambiental. Assim, tomando como referência as concepções da Educação Ambiental crítica e conservadora, indaga-se: os projetos escolares em Educação Ambiental dos colégios estaduais localizados em assentamentos rurais organizados no MST estão vinculados a alguma concepção de educação ambiental?

Os projetos escolares de Educação Ambiental contidos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Colégios Estaduais do Campo do estado do Paraná foram analisados de forma detalhada na Tese de Doutorado em Educação, intitulada “Educação Ambiental nos Colégios dos Assentamentos organizados no MST: tendências conservadora e crítica; defendida em 29 de abril de 2019”. Entre os autores que dão suporte para o presente trabalho estão Layrargues (2012), Loureiro (2012), e Sauvé (2005). Em relação aos instrumentos de coleta de dados foram utilizados: pesquisa documental; pesquisa bibliográfica. A metodologia de análise se deu conforme os ensinamentos de Bardin (1977, 2011).

Educação Ambiental nos projetos escolares

A humanidade está vivendo e convivendo cada vez mais com problemas ambientais, agravados pelo atual modelo de desenvolvimento. Os desafios a serem enfrentados na relação homem-sociedade-natureza são complexos e conflituosos, mas devem ser assumidos, debatidos e enfrentados como se percebe na atualidade, em que alguns personagens surgem e provocam uma reação de âmbito internacional quando apontam as críticas à forma de ser da humanidade na atualidade, principalmente, em países consolidados na condição de “desenvolvidos”.

De acordo com os pesquisadores das áreas de Educação Ambiental (EA), sustentabilidade, ecopedagogia, ecossocialismo, entre outras, é consenso que no atual momento histórico, o entendimento de que a produção do conhecimento é um dos principais fatores para a mudança e transformação da sociedade. Esse conhecimento deve permitir antecipar problemas, estabelecer estratégias e possíveis soluções que levem ao desenvolvimento dos diversos segmentos da sociedade, para que esta possa assumir outros hábitos e atitudes que se reflitam em novos valores que possibilitem construir também novos caminhos, visando a sedimentar a interdependência do ser humano e a natureza, consolidando a ideia de que sem a natureza, não existem condições de sobrevivência do ser humano no planeta Terra.

É importante salientar também que a EA é definida de várias formas, no entanto, a forma como esta interage como o meio educacional é fundante em um processo em que se repensa o fazer societário, assim,

> uma educação ambiental que se abre para o desenvolvimento da cidadania, com prática pedagógica engajada com a realidade local, com o conhecimento dos interesses políticos e econômicos dos diferentes sujeitos sociais e das instituições, dos modos de acesso e usufruto dos recursos naturais, dos impasses de negociação, do conflito que impede o diálogo, dos instrumentos jurídicos à disposição e dos demais aspectos que contribuem para a reflexão das alternativas políticas, é de fato uma educação que caminha para atravessar a hegemonia conservadora do fazer educativo (PLÁCIDO; CASTRO; GUIMARÃES, 2018).

Nesse sentido a EA em sua vertente crítica tem maior proximidade de um contexto em que se vive não só na resistência a uma forma de ser padronizada por um modelo social, mas também em um ambiente em que a busca pela emancipação das formas de pensamento hegemônicas e, por consequência, de transformação social, manifestada pela práxis diária que ecoa em todos os espaços sociais como o ambiente educacional, por exemplo.

Nessa esteira outro conceito de importância considerável para as análises propostas neste trabalho é o de meio ambiente, pois a forma de concebê-lo, também manifesta uma forma de ser e se perceber no mundo. Assim, meio ambiente para Reigota (2012, p. 36) é um lugar

> determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade.

Guimarães (1995, p. 12), afirma que "o meio ambiente é uma unidade que precisa ser compreendida inteira, e é através de um conhecimento interdisciplinar que poderemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente". Para Barbieri (2014) meio ambiente é tudo que envolve ou cerca os seres vivos e as demais coisas ou o que está ao seu redor, ou seja, o planeta Terra, com todos os seus elementos, tanto naturais quanto alterados e construídos pelos seres humanos. E, para Carvalho (2012) o meio ambiente é visto como um

> espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora ('câncer do planeta'), aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. Assim, para o olhar socioambiental, as modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas; podem muitas vezes ser sustentáveis, propiciando, não raro, um aumento da biodiversidade pelo tipo de ação humana ali exercida (CARVALHO, 2012, p. 37).

Assim, o meio ambiente se constitui em todos os espaços físicos do nosso planeta, marcados pela intervenção humana ou não e que abrigam todas as formas de vida das quais, os seres humanos, são os únicos capazes de provocarem o desiquilíbrio e, por consequência, a destruição do meio que o cerca.

E, com estes olhares, foram analisados os projetos políticos-pedagógicos dos Colégios Estaduais do Campo no estado do Paraná e de um total de 24 Projetos político-pedagógicos, foram identificados 16 projetos[1] escolares que abordam as questões ambientais. Com o suporte nos ensinamentos de Bardin (1977; 2011) foi realizada a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados, possibilitando a apresentação dos resultados obtidos.

Assim, para melhor compreensão dos resultados na análise dos 16 projetos escolares de EA, organizou-se o Quadro 1 identificando-os em ordem numérica de Projetos de EA de 1 a 16. O quadro está organizado em quatro

[1] I. P. A. Veiga (2006, p. 1), ao explorar o conceito de projeto e sua extensão atual, constata sua frequência de utilização associada a termos diversos: projeto de sociedade, projeto de vida, projeto econômico, projeto arquitetônico e projeto pedagógico. Apesar de sua visível polissemia, emprega o termo "projeto voltado à didática", permeada por uma intenção. Projeto de ação didática é algo que se situa na interface da expectativa e da intervenção. Para Cortesão (1993), projeto é, assim, o resultado da tensão decorrente da necessidade do problema surgido, do desejo existente e da previsão, estruturação antecipada da ação. É um comprometimento entre a reflexão necessária e a ação desejada.

partes: a primeira, com a identificação dos projetos - projetos de educação ambiental 1 a 16 - na segunda, apresentam-se os conceitos de educação ambiental; na terceira, os conteúdos identificados; na quarta, as atividades utilizadas pelos educadores na execução dos trabalhos.

Quadro 1: Projetos Escolares de Educação Ambiental inseridos nos PPPs dos Colégios Estaduais do Campo (2010-2017).

Projeto E. A.	Conceito de meio ambiente	Conceito de Educação do campo	Conteúdos	Atividades
Projeto E. A. 1	Natureza, local a ser apreciado, respeitado e preservado para garantir a sobrevivência.	Espaço de vida, de trabalho, cultura e produção de conhecimento.	Erosão. Efeito estufa. Reciclagem. Biodiversidade. Tecidos vegetais e morfologia. Coleta de lixo.	Aulas expositivas. Vídeos de experiências. Oficinas. Exposições de trabalho dos alunos.
Projeto E. A. 2	Natureza reencontro com as origens e identidade cultural e biológica uma espécie de diversidade "biocultural".	Campo como modo de viver, de semear, de colher.	Compostagem. Solo e resíduos sólidos. Fisiologia vegetal.	Oficinas. Debates. Aulas expositivas.
Projeto E. A. 3	Recursos, gerador de matéria-prima e energia, consumo responsável.	Campo como lugar de vida, de história, de luta pela terra.	Erosão. Manuseio de vegetais. Agrotóxicos. Vida e reprodução das plantas. Coleta de lixo.	Filmes. Dinâmica de grupos. Aulas expositivas. Exposição de trabalhos dos alunos.
Projeto E. A. 4	Natureza, lugar comum de uso responsável para o acesso de todos.	Campo como lugar de trabalho, de cultura, de produção de conhecimento.	Produção orgânica. Compostagem. Reprodução da flora e fauna. Horta.	Filmes. Debates. Trabalho em grupos. Aulas expositivas.
Projeto E. A. 5	Ambiente natural em que o ser humano estabelece vínculos de pertencimento.	Campo lugar de morar, trabalhar, de produzir.	Técnicas de cultura orgânica. Compostagem. Biodiversidade. Reciclagem. Erosão. Coleta de lixo.	Exposições. Campanhas de mobilizações. Música. Pesquisas.
Projeto E. A. 6	Meio ambiente no sentido de ecossistema.	Campo como espaço de vida social, de plantar, de colher, de produzir a existência.	Biosfera. Erosão. Aquecimento global. Biodiversidade.	Atividades coletivas. Grupos de debates. Pesquisas. Oficinas.
Projeto E. A.	Meio ambiente	Campo como	Plantio de ervas	Aula expositiva.

Projeto E. A.	Conceito de meio ambiente	Conceito de Educação do campo	Conteúdos	Atividades
7	como lugar complexo e diverso.	espaço de viver, de conviver, de trabalho, de cultura, de histórias.	medicinais. Reciclagem. Resíduos sólidos.	Filmes. Pesquisa.
Projeto E. A. 8	Meio ambiente como lugar onde se vive.	Campo como lugar de trabalhar a terra e cuidar da vida.	Produção orgânica. Reciclagem. Coleta de lixo. Compostagem.	Atividades culturais. Aulas práticas. Oficinas.
Projeto E. A. 9	Meio ambiente referente à vida cotidiana casa-escola-trabalho.	Campo, lugar de viver, de produzir, de história, de educação.	Conservação do solo. Preservação de sementes crioulas. Desperdício de alimentos.	Aulas teóricas e práticas. Exposições. Oficinas.
Projeto E. A. 10	Meio ambiente como biosfera.	Campo como lugar de vida, de produção de alimentos, de integração com a terra.	Preservação de árvores nativas. Reciclagem. Biodiversidade. Revolução química. Proteção de nascentes.	Oficinas. Debates. Aulas expositivas. Vídeos. Pesquisas.
Projeto E. A. 11	Meio ambiente como território de uso humano.	Campo como espaço de lutas, de conflitos, de vida, de trabalho.	Desmatamento. Reutilização de material reciclável. Agrotóxico. Erosão.	Atividades culturais. Oficinas. Aulas expositivas. Exposições.
Projeto E. A. 12	Meio ambiente como “nossa casa comum”.	Campo como lugar de vida – homem – terra – natureza para garantir mais vida.	Controle biológico. Reforma agrária. Desmatamento. Coleta de lixo. Jardinagem. Agroecologia.	Vídeos. Aulas expositivas e práticas. Debates.
Projeto E. A. 13	Natureza espaço de vida.	Campo como lugar de vida, de cultura, de trabalho.	Agrotóxico. Utilização de sementes crioulas. Reutilização de material reciclável.	Aulas expositivas. Apresentação de trabalhos dos alunos.
Projeto E. A. 14	Meio ambiente como espaço de todos.	Campo lugar de vida, de cultura, de luta pela terra.	Produção orgânica de frutas, legumes, verduras e hortaliças. Recuperação do solo.	Aulas expositiva. Oficinas. Apresentação de trabalho de grupo.
Projeto E. A. 15	Meio ambiente-espaço de uso do ser humano.	Campo como natureza, trabalho, cultura, produção, e conhecimento.	Sistema agroflorestal. Desmatamento. Construção de horta mandala. Agroecologia.	Aulas expositivas. Pesquisa orientada. Oficinas.

Projeto E. A. 16	Meio ambiente-terra, água, ar, é a matriz de toda vida.	Campo como lugar de vida, produção de alimentos, de território camponês.	Produção de alimentos. Fisiologia vegetal. Contaminação da água. Aquecimento global. Agrotóxico.	Exposição de trabalhos. Vídeos. Oficinas. Aulas práticas.

Fonte: Projetos políticos pedagógicos dos colégios estaduais do campo. Organizado pelos autores (2018).

Assim, com base no quadro elaborado verifica-se que em relação ao conceito de Educação do Campo, há certa uniformidade variando-se a abordagem com a utilização de palavras como: campo como lugar; campo como natureza; campo como lugar de vida; como espaço de lutas; campo como espaço de vida; entre outros. Não há uma delimitação definida, pois o conceito de campo é de todos, é coletivo e um dos fundamentos do conceito da Educação do Campo.

É importante observar que a palavra agroecologia tem uma presença marcante dentro da concepção da Educação do Campo, e surge de constante nos projetos analisados, pois, de forma geral, se contrapõe à ideia de agronegócio, que é a vertente do modo de produção capitalista voltada para a perspectiva do homem e mulher do campo, vistos então, como empreendedores no campo, integrados a uma rede de produção, comércio e consumo com o objetivo único de obter certa lucratividade com seus negócios no campo.

Por outro lado, para Gubur e Toná (2012, p. 59) a agroecologia

> constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) [...] Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida (Via Campesina e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2006), sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana.

Dessa forma, a agroecologia é uma área do conhecimento ainda em desenvolvimento, à medida que o próprio *modus operandi* dos povos do

campo, além de ser conhecido, também se integra aos olhares da ciência que busca compreender o ponto de equilíbrio entre os costumes e tradições e a produção de alimentos de forma sustentável.

> A agroecologia não é uma ciência acabada, pelo contrário, ela é recente e se encontra em plena construção, o que exige dos cientistas vinculados ao seu desenvolvimento uma postura aberta (epistemológica e metodológica) e pouco dogmática. Por meio de uma disposição permanente em promover esse enfoque nos centros de pesquisa e desenvolvimento, os cientistas dos organismos públicos deverão ser cada vez mais desafiados a realizar esforços interdisciplinares que integrem, na prática, as disciplinas que foram separadas pelo desenvolvimento da ciência convencional. Ademais, instituições não governamentais, movimentos sociais e os setores empresariais comprometidos com a real sustentabilidade econômica, social e ecológica do País, podem articular-se com a pesquisa agroecológica para ocupar os espaços e aumentá-los, na direção da construção do Desenvolvimento Rural Sustentável (MOREIRA; CARMO, p. 55).

Em relação ao conceito de meio ambiente verifica-se de imediato uma diversidade de palavras utilizadas para sua definição, condição que possibilita pensar que não há uma uniformidade em relação à concepção de meio ambiente e, por conseguinte, de EA. Condição que se reflete na observância dos conteúdos abordados nos projetos escolares, nos quais se observa a predominância das palavras: agrotóxico; reciclagem; coleta de lixo; solo; entre outras.

Dessa forma, fica saliente que apesar de se tratar de uma realidade específica, ou seja, da EA na perspectiva da Educação do Campo, há uma variedade de sentidos que se refletem em abordagens diferenciadas sobre a concepção de EA, nos projetos escolares, a qual será o foco do próximo subtítulo.

Os projetos escolares em Educação Ambiental sob o olhar das macrotendências conservadora e crítica de Educação Ambiental

Os conteúdos identificados nos projetos escolares possuem uma base relativamente crítica e alinham-se ao proposto pelas disciplinas de Ciências, Geografia e Biologia, no entanto, as atividades utilizadas indicam práticas conservadoras, como “aulas expositivas”. Ela é necessária, porém, deve aliar-se a outras estratégias de ensino, como a realização de seminários, encontros, oficinas entre as séries, turmas, níveis, intercâmbio com outras escolas e

comunidades e pesquisa de campo, considerando o contexto socioambiental em que se situam os colégios.

Pode-se inferir que os projetos de educação ambiental inseridos nos projetos político-pedagógicos se apoiam nas Diretrizes Curriculares Estaduais (PARANÁ, 2006). As Diretrizes Curriculares apresentam conteúdos básicos a serem consultados como ponto de partida para a organização da proposta pedagógica dos colégios/escolas da educação básica da rede pública de ensino, tais como: a) a diversificação de produtos relativos à agricultura e o uso de recursos naturais; b) a agroecologia e o uso das sementes crioulas; c) a questão agrária e as demandas históricas por reforma agrária; d) os trabalhadores assalariados rurais e suas demandas por melhores condições de trabalho; e) a pesca ecologicamente sustentável; f) o preparo do solo. Porém, ressalta-se que o tema meio ambiente pouco aparece no texto das referidas Diretrizes, surgindo somente na forma de sugestão de abordagem, ou seja,

> eleger temas centrais para a prática pedagógica escolar pode ser um caminho para articular os conhecimentos específicos das áreas. Por exemplo: **Meio Ambiente (grifo nosso)**, Trabalho na terra, Alimentação, Saúde podem ser temas de projetos escolares, porém a essência do trabalho estará na articulação a ser feita entre as áreas do conhecimento. O envolvimento de professores, alunos, comunidade e equipe escolar na prática pedagógica é um caminho para o desenvolvimento da participação social (PARANÁ, 2006).

Para o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra (MST) o meio ambiente é visto como foco de uma relação intrínseca entre ser humano e natureza e a aposta do movimento está na agroecologia.

> Não há como falar de agricultura sem levar em conta a questão ambiental. Independente do modelo agrícola que se proponha para o campo, o meio ambiente está intrinsecamente ligado. Dessa maneira que o programa agrário do MST defende uma agricultura que esteja em harmonia e que respeite o meio ambiente. Por isso que nos baseamos na matriz tecnológica da agroecologia, que busca aliar os conhecimentos ancestrais do manejo com a terra e com as sementes com a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, para que se possam produzir alimentos saudáveis em larga escala sem prejudicar as riquezas naturais (MST, 2020).

Assim verifica-se que não está clara a concepção de Educação Ambiental, seja nas Diretrizes Curriculares de Educação do Campo do estado do Paraná, seja no posicionamento do MST, e em relação ao meio ambiente, que forma inicial se coloca crítico ao agronegócio pela opção da agroecologia. Esta falta de clareza se confirma ao se observar os Projetos Escolares de

Educação Ambiental, inseridos nos PPPs dos Colégios Estaduais do Campo (QUADRO 1), pois ao mesmo tempo em que se constata a abordagem de conteúdos como agroecologia e aquecimento global, que tem uma grande tendência em serem abordados de forma crítica à realidade que se vive no planeta e aos modos de ser do capital na atualidade, também se constata a abordagem de conteúdos como coleta de lixo, reciclagem, jardinagem, erosão entre outros, que tendem, de diferente forma a serem abordados de forma conservadora e pragmática, mesmo tendo sua importância no que se refere ao meio ambiente. O mesmo ocorre com as Diretrizes Curriculares do estado do Paraná, no sentido de que a mesma sugere a eleição de temas centrais como o meio ambiente para o trabalho pedagógico, sem qualquer referência às contradições e danos impostos pelo agronegócio ao meio ambiente como um todo. E o MST no que se refere à agricultura e a natureza, vê como elo principal a harmonia, que também é um tema fundante, porém de forma contraditória não se posiciona de forma crítica ao agronegócio e à lógica do capital que em tese, são contrários à lógica da agroecologia.

Layrargues (2012), ao analisar o cenário político-ideológico da EA brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra hegemônica, apresenta três macrotendências da EA na atualidade: a) conservacionista; b) pragmática; c) crítica. Segundo o Autor a EA conservacionista se expressa no país por meio das correntes conservacionista e naturalista, da alfabetização ecológica e do movimento *sharing nature*.

Essa macrotendência, segundo o autor ainda, atualizou-se na virada do século, ampliando por meio de outras expressões que conectam a EA à pauta verde, como o ecoturismo, trilhas interpretativas, biodiversidade, unidades de conservação, biomas específicos, escotismo, observação de aves e algumas dinâmicas agroecológicas e de senso de percepção. Para o autor, essa vertente de pensamento se apoia nos fundamentos científicos e princípios filosóficos da ecologia, a exemplo do biomimetismo, no pensamento ecossistêmico, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza, no desenvolvimento humano e na mudança do comportamento individual, relativizando o antropocentrismo em direção ao eco centrismo.

A macrotendência pragmática (LAYRARGUES, 2012) abrange as correntes da educação para o desenvolvimento e consumo sustentáveis, respondendo ainda à pauta marrom, por ser urbano-industrial, anteriormente com foco no lixo, ou seja, na coleta seletiva e reciclagem dos resíduos. Essa macrotendência também se atualizou na virada do século para o consumo sustentável e, atualmente, converge para os temas da mudança climática e da economia verde.

A macrotendência crítica para Layrargues (2012) é a única das três macrotendências que se posiciona de forma a explicitar o pertencimento a uma filiação político-pedagógica, salientando sua condição de contra hegemonia, pois foi construída em oposição às vertentes conservadoras, no início dos anos 1990, resultante da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas, que investem apenas em crianças nas escolas, nas ações comportamentais e individuais, principalmente no âmbito doméstico e privado.

Segundo o Autor ainda, a macrotendência crítica nutre-se

> do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chave como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflito, Democracia, Emancipação, Justiça, Transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros. Tem na intervenção político-pedagógica dos casos de Conflitos Socioambientais a sua identidade exclusiva em relação às macrotendências anteriores: é esse o 'tema-gerador' por definição da Educação Ambiental Crítica, aquele que lhe é específico por natureza, pois lhe permite expressar sua lógica em total plenitude (LAYRARGUES, 2012, p. 404).

Para Loureiro (2012b), a macrotendência crítica situa-se entre as correntes da EA popular, emancipatória e transformadora, no processo de gestão ambiental, praticamente variações do mesmo tema, e tem um papel fundamental no desvelar de uma realidade que necessita de uma abordagem crítica, em face da urgência da questão ambiental na sociedade, em que repensar a relação do ser humano com a natureza é vital, principalmente no ambiente educacional, em razão do caráter formativo das novas gerações.

Dessa forma,

> somos por afirmar que não há ação educativa ambiental que não seja simultaneamente afetiva, cognitiva, criativa, lúdica, dialógica e política. Na Educação Ambiental emancipatória, o desenvolvimento humano passa a ser visto e compreendido nas ações e relações, e o

> corpo como a expressão material da dinâmica biológica, genética, psicológica, mental, cultural, social e econômica, em contextos específicos (LOUREIRO, 2012a, p. 33).

Explicitadas as macrotendências de EA e ao olhar para os projetos escolares analisados identificaram-se aproximações dos conceitos de meio ambiente presentes com as macrotendências definidas por Layrargues (2012) como se observa no Quadro 2.

Conservadora[2] - pragmática	**Conceitos de meio ambiente**
Vincula-se aos princípios da ecologia, à valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e à mudança do comportamento individual em relação ao meio, baseada no pleito por uma mudança cultural. Atualizada nas expressões que vinculam a educação ambiental à pauta verde. Pragmática: trabalha na perspectiva de um planeta limpo. Vincula-se à pauta marrom, por ser urbano-industrial.	PEA 1 - Natureza, local a ser apreciado, respeitado. PEA 2 - Natureza reencontro com as origens e identidade cultural e biológica uma espécie de diversidade. PEA 3 - Recursos, gerador de matéria-prima e energia, consumo responsável. PEA 4 - Natureza, lugar comum de uso responsável para o acesso de todos. PEA 5 - Ambiente natural em que o ser humano estabelece vínculos. PEA 7 - Meio ambiente como lugar complexo. PEA 8 - Meio ambiente como lugar onde se vive. PEA 9 - Meio ambiente referente à vida. PEA 11 - Meio ambiente como território de uso humano. PEA 13 - Natureza espaço de vida. PEA 14 - Meio ambiente como espaço de todos. PEA 15 - Meio ambiente-espaço de uso do ser humano.
Crítica	
Educação ambiental deve preparar o educando para que compreenda o mundo em que vive, buscando, pelo conhecimento, melhorar sua relação como ser da natureza. Declara explicitamente o pertencimento a uma filiação político-pedagógica na perspectiva crítica, emancipatória e transformadora. Concebe a construção de um mundo saudável fundado em relações de solidariedade e justiça social.	PEA 6 - Meio ambiente no sentido de ecossistema. PEA 10 - Meio ambiente como biosfera. PEA 12 - Meio ambiente como “nossa casa comum”. PEA 16 - Meio ambiente como matriz de toda vida.

Quadro 2: aproximação das concepções de meio ambiente identificadas nos projetos com as macrotendências, conservadora - pragmática e crítica difinidas por Layrargues e Lima (2011).

Fonte: Projetos Políticos-Pedagógicos dos colégios estaduais do campo. Organizado pelos autores (2019).

Assim, ao visualizar-se o quadro, verifica-se que há um predomínio das macrotendências conservadora e pragmática na tessitura nos projetos escolares, ante a falta de um posicionamento claro sobre a relação ser humano

[2] Para Layrargues (2012, p. 408) as tendências conservadoras e pragmáticas “representam duas faces e dois momentos de uma mesma linhagem de pensamento - o conservador”.

e natureza e ainda, de crítica ao contexto social em que se vive, mesmo sabendo-se que a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos se dá no movimento contra hegemônico de resistência à sociedade capitalista, que ora se vive. Em relação às correntes de EA no próximo subtítulo apresenta-se uma análise mais detalhada com um olhar específico sobre os Projetos Escolares.

Limites e possibilidades da presença da Educação Ambiental nos projetos escolares considerando as correntes da Educação Ambiental

Nos projetos escolares em análise verifica-se que os educadores possuem distintas concepções de meio ambiente, que transitam entre as concepções conservadora e crítica e, em decorrência, seu próprio método e o seu próprio plano de trabalho docente.

Nesse sentido, apresenta-se o Quadro 3, com as diversas correntes de educação ambiental definidas por Sauvé (2005), em que se buscou apontar semelhanças e diferenças de concepção de educação ambiental identificadas nos 16 projetos escolares.

Quadro 3: Aproximações entre os Projetos de Educação Ambiental analisados e as correntes de Educação Ambiental e seus objetivos segundo Sauvé (2005).

P.E.A.	Concepção de meio ambiente dos Projetos Escolares	Correntes de educação ambiental	Objetivos da educação ambiental segundo as correntes de Sauvé (2005)
P.E.A. 1	Natureza	Naturalista	Reconstruir uma ligação com a natureza.
P.E.A. 2	Problema	Resolutiva	Desenvolver habilidades de resolução de problemas.
P.E.A. 3	Recurso	Conservacionista	Adotar comportamento de conservação.
P.E.A. 4	Sistema	Sistêmica	Desenvolver um pensamento sistêmico-visão global.
P.E.A. 5	Meio de vida	Humanista	Conhecer seu meio de vida e conhecer-se melhor em relação a ele.
P.E.A. 6	Objeto de valores	Moral/ética	Desenvolver um sistema ético
P.E.A. 7	Território. Lugar de identidade natureza/cultura	Etnográfica	Reconhecer a estreita ligação entre natureza e cultura.

P.E.A. 8	Meio de vida	Humanista	Desenvolver um sentimento de pertença.
P.E.A. 9	Lugar de pertença. Projeto comunitário	Biorregionalista	Desenvolver competência em ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional.
P.E.A. 10	Polo de interação para a formação pessoal	Eco educação	Experimentar o meio ambiente para experimentar-se e formar-se no e pelo meio ambiente.
P.E.A. 11	Território. Lugar de identidade natureza/cultura	Etnográfica	Valorizar a dimensão cultural de sua relação com o meio ambiente.
P.E.A. 12	Objeto de ação/reflexão	Crítica	Desconstruir as realidades socioambientais, visando transformar o que causa problemas
P.E.A. 13	Meio de vida	Humanista	Desenvolver um sentimento de pertença.
P.E.A. 14	Total o ser	Holística	Desenvolver as múltiplas dimensões de seu ser em interação com o conjunto de dimensões do meio ambiente.
P.E.A. 15	Meio de vida	Humanista	Conhecer seu meio de vida e conhecer-se melhor em relação a ele.
P.E.A. 16	Recursos para o desenvolvimento econômico. Recursos compartilhados	Projeto de desenvolvimento sustentável	Recursos para o desenvolvimento econômico respeitoso dos aspectos sociais e do meio ambiente.

Fonte: Projetos Político-Pedagógicos dos colégios estaduais do campo. Organizado pelos autores (2019).

Sauvé (2005) identifica diversas correntes da EA e ao considerar as diversas maneiras de promover a ação educativa ambiental, agrupa as correntes com características semelhantes, embora cada uma possua pontos determinados, específicos. Existem, então, segundo a autora, dois grandes grupos: as tradicionais (1970/1980) e as mais recentes.

> Exploraremos brevemente quinze correntes de educação ambiental. Algumas têm uma tradição mais antiga e foram dominantes nas primeiras décadas de EA (1970;1980); outras correspondem a preocupações que surgiram recentemente. Entre as correntes que têm uma extensa tradição em educação ambiental, analisaremos as seguintes: a corrente naturalista; a corrente conservacionista/recursista; a corrente resolutiva; a corrente sistêmica; a corrente científica; a corrente humanista; a corrente moral/ética. Entre as correntes mais recentes: a corrente holística; a corrente biorregionalista; a corrente prática; a corrente crítica; a corrente feminista; a corrente etnográfica; a corrente da ecoeducação; a corrente do desenvolvimento sustentável. (SAUVÉ, 2005, p. 18, tradução nossa).

Segundo a análise de Mota (2015) as correntes apresentadas por Sauvé (2005) parecem ser distintas entre si no que tange às suas especificidades; algumas, porém, possuem aspectos semelhantes. Dessa forma, conforme a apresentação das proposições de EA, estas podem transitar em zonas de convergência entre as correntes propostas pela autora, uma vez que, para Sauvé (2005), a caracterização por meio de correntes é muito mais uma ferramenta de análise do que um grilhão que obriga a classificar tudo em categorias rígidas, com o risco de deformar a realidade, assim, uma proposição de EA pode se enquadrar em uma ou mais correntes de EA.

Compreende-se então, que os projetos escolares identificados indicam que os educadores, equipe pedagógica e gestores possuem distintas concepções de Educação Ambiental. No entanto, há que se destacar que a presença desses projetos, independente das correntes teóricas mostram a presença da EA sinalizando um campo de resistência que aproxima e integra a EA e a Educação do Campo.

Sobre a política pública de Educação Ambiental e a Educação no Campo

Em relação à educação do Campo, tomando-se por base o contexto do estado do Paraná, verifica-se que em função de mobilizações sociais e o devido apoio governamental à época, houve a definição das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (PARANÁ, 2006) que auxiliou na territorialização da Educação do Campo, bem como no reconhecimento da necessidade de se atender essa demanda social.

> A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no estado do Paraná, assim como no Brasil. Uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo (PARANÁ, 2006).

Em relação à EA esta adquire projeção no âmbito social e o devido ao reconhecimento público na década de 1990, no Brasil, mesmo figurando de

forma substancial na Carta Constitucional de 1988, em que lhe é dedicado um capítulo específico (LOUREIRO, 2011). O autor salienta ainda que ocorre, assim, uma busca por um alinhamento por meio de princípios e sua implementação em condições consoantes com as normativas de âmbito internacional estabelecidas, como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em 1994; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996; a Conferência Nacional de EA, em 1997; e a Política Nacional de EA, implementada pela Lei nº 9.795/1999, por exemplo.

No estado do Paraná em função dos apelos sociais, já em outro momento histórico, com uma mobilização social que contou com o apoio de instituições como o Ministério Público do Meio Ambiente, entre outras, ocorreu à instalação da Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental por meio da Lei Estadual nº 17.505, publicada em janeiro de 2013 (PARANÁ 2013a). No mesmo ano ainda, o Conselho Estadual de Educação do Estado aprovou a Deliberação nº 04/2013 (PARANÁ, 2013b) estabelecendo as "Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná", instituindo, assim, "normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a serem desenvolvidas nas instituições de ensino públicas e privadas que atuam nos níveis e modalidades do Sistema Estadual de Ensino do Paraná" (PARANÁ, 2013b).

Neste aparato legal do Paraná é importante salientar a presença da preocupação de legislador com educação de comunidades tradicionais como as quilombolas, indígenas, faxinalenses, ribeirinhas, de ilhéus, dentre outras, em relação à EA, fato que se encontra consubstanciado no Art. 11 da Lei 17.505, também se registra no mesmo texto legal a preocupação em relação ao desenvolvimento sustentável das atividades econômicas dos povos tradicionais, além da inserção da EA nos programas de extensão rural no âmbito público. Assim, se constata que a EA se insere de forma definitiva no contexto educacional, em todas as etapas e modalidades da educação do país e segundo ainda a Deliberação nº 04/2013 (PARANÁ, 2013b), a EA deve ter por base as dimensões do espaço físico, gestão democrática e organização curricular buscando-se o patamar de uma escola sustentável.

Nesse sentido percebe-se que a Educação do Campo em seus princípios de emancipação e de luta, contra a imposição das vontades da sociedade com base no capital e a EA em sua vertente crítica, ou seja, emancipadora e transformadora da realidade social tem muitas possibilidades de aproximação, principalmente quando se pensa nas dimensões do espaço físico, da gestão democrática que levam por sua vez, a uma organização curricular diferenciada.

> Colocado o debate sobre política pública, política em EA e Política em EC e sua historicidade, percebe-se que ambas tem como ponto culminante a educação, e nesta, como fase germinal, a educação básica, principalmente os anos iniciais da formação do cidadão e da cidadã, condição que ocorre na esfera dos municípios brasileiros. Assim, destaca-se que todo o debate sobre políticas públicas e seus resultados, deve materializar-se na escola pública localizada no campo, em relação à EA e à EC, o que passa a exigir de todos os demais níveis e modalidades educacionais um critério mais aprimorado de formação – formação continuada e permanente -, bem como uma maior responsabilidade perante a missão de educar, transformar e emancipar homens e mulheres que futuramente não só valorizem as conquistas alcançadas, mas busquem de forma coletiva o aprimoramento socioambiental, elevando a condição humana a novos patamares societários (BUCZENKO, 2018, p. 126).

Dessa forma, verifica-se que tanto a Educação do Campo quanto a EA, foram, em determinado momento histórico recente, privilegiadas por um encaminhamento de política pública no estado do Paraná, possibilitando, assim, buscar aproximações importantes e necessárias face o clima de conflito que paira sobre do povos do campo. Na atualidade, em função de medidas políticas adotadas no sentido de descontruir os avanços até então obtidos, seja nas conquistas dos povos do campo, seja nas políticas voltadas para a EA que, por sua vez, se refletem em todos os níveis e modalidades educacionais do país, vê-se como um diferencial a união de esforços da Educação do Campo e da EA, no sentido de se manter viva a resistência contra a imposição fortemente declarada, do modelo societário hegemônico.

Considerações finais

Retomando os objetivos específicos inicialmente definidos e remetendo-se de imediato ao primeiro, de compreender a Educação Ambiental no contexto dos projetos escolares considera-se que este foi totalmente atendido no sentido

de que dos 24 projetos escolares, um total de 16 projetos tratam diretamente das questões que se aproximam da Educação Ambiental. Em relação ao segundo objetivo específico de analisar os projetos escolares em Educação Ambiental a partir das concepções conservadora e crítica de Educação Ambiental verificou-se que há um predomínio, de forma contraditória, das concepções conservadoras de Educação Ambiental nos projetos escolares analisados.

Em relação ao terceiro objetivo específico de analisar os limites e possibilidades da presença da Educação Ambiental nos projetos escolares dos colégios estaduais do campo, considerando as correntes da educação ambiental, verificou-se também uma diversidade de aproximações em relação às correntes de Educação Ambiental definidas por Sauvé (2005), condição que denota o ecletismo de abordagens de Educação Ambiental nos projetos escolares de Educação Ambiental dos Colégios estaduais do campo no estado do Paraná.

Dessa forma considera-se que o objetivo geral inicialmente delineado de investigar como se constitui a Educação Ambiental nos projetos escolares dos colégios estaduais do campo localizados em assentamentos no Paraná foi atendido de forma satisfatória, denotando-se dificuldades claras no sentido de conexão com uma concepção de Educação Ambiental em sua vertente crítica, fato que também, reponde a pergunta de pesquisa inicialmente estabelecida, uma vez que se constatou que os projetos escolares em Educação Ambiental dos colégios estaduais localizados em assentamentos rurais organizados no MST, estão vinculados a concepções de Educação Ambiental em sua maioria de caráter conservador.

Referências

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUCZENKO, Gerson Luiz. **Educação ambiental e Educação do campo**: caminhos em comum. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GUBUR, Dominique Michele Perioto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). Dicionário da educação do campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1995.

LAYRARGUES, Philip Pomier. **Para onde vai à educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra hegemônica**. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 398-421, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2014/para_onde_vai_a_educacao_ambiental_o_cenario.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

_____. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012b.

_____. **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária**. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. **Agroecologia na construção do Desenvolvimento rural sustentável**. Agric. São Paulo. v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004. São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MOTA, Junior Cezar. **Limites e possibilidades na transição para espaços educadores sustentáveis em escolas municipais de São João Batista –**

SC. 2015. 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2015. Disponível em: <http://www.univali.br/Lists/TrabalhosMestrado/Attachments/1912/junior-cesar-mota.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2019.

MOVIMENTO SOCIAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). **Meio Ambiente**. Disponível em: <https://mst.org.br/editoria/meio-ambiente/>. Acesso em: 04 jan. 2019.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

_____. Lei n. 17.505, de 11 de janeiro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 11 jan. 2013a. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=85172&indice=1&totalRegistros=57&anoSpan=2013&anoSelecionado=2013&mesSelecionado=0&isPaginado=true>. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Conselho Estadual de Educação. Deliberação n. 04/2013. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2013b. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao_04_13.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SAUVÉ. Lucie. **Educação ambiental**: possibilidades e limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago. 2005.

PLÁCIDO, Patrícia de Oliveira; CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de; GUIMARÃES, Mauro. **Travessias para Educação Ambiente '*desde el sur*':** uma agenda política crítica comum em 'zonas de sacrifício' como o Brasil e América Latina. Ambiente & Educação. v. 23, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/7393>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Lições de didática**. São Paulo: Papirus, 2006.